

A coordenação como locus da inferência: economia gramatical e implicatura pragmática em *A última crônica*, de Fernando Sabino

Coordination as a locus of inference: grammatical economy and pragmatic implicature in *A última crônica* by Fernando Sabino

Raquel Nunes Santos¹

Carlos Roberto de Souza Rodrigues²

Resumo: Este artigo analisa a relação entre coordenação linguística, economia gramatical e inferência no texto *A última crônica*, de Fernando Sabino, a partir de uma abordagem funcionalista-pragmática. O estudo parte do pressuposto de que a coordenação não se limita à junção sintática de unidades, mas atua como recurso discursivo que organiza a progressão textual e orienta a interpretação do leitor, conforme a Gramática Discursivo-Funcional (Pezzatti; Loghin, 2021; Pezzatti; Mackenzie, 2022). Ancorada na noção de gramática em uso, a análise considera que escolhas estruturais refletem pressões comunicativas de economia e gestão da informação (Abreu, 1997). No plano pragmático, mobilizam-se a teoria das implicaturas conversacionais (Grice, 1982) e a teoria da relevância (Sperber; Wilson, 1995), enfocando a emergência de significados implícitos quando relações entre segmentos não são plenamente explicitadas. O corpus reúne ocorrências de coordenação entre sintagmas, orações e enunciados, observando-se conectores, paralelismo estrutural e omissão argumental. Os resultados indicam que a alternância entre coordenação sindética e assindética favorece a economia formal e intensifica inferências pragmáticas na construção da narrativa.

Palavras-chave: Coordenação. Economia gramatical. Implicatura. Pragmática.

Abstract: This article analyzes the relationship between linguistic coordination, grammatical economy, and inference in *A última crônica*, by Fernando Sabino, from a functionalist-pragmatic perspective. The study is based on the assumption that coordination is not limited to the syntactic linking of units, but also functions as a discursive resource that organizes textual progression and guides the reader's interpretation, according to Functional Discourse Grammar (Pezzatti; Loghin, 2021; Pezzatti; Mackenzie, 2022). Grounded in the notion of grammar in use, the analysis considers that structural choices reflect communicative pressures related to economy and information management (Abreu, 1997). From a pragmatic perspective, the study draws on the theory of conversational implicatures (Grice, 1982) and Relevance Theory (Sperber; Wilson, 1995), focusing on the emergence of implicit meanings when relations between segments are not fully made explicit. The corpus consists of occurrences of coordination between phrases, clauses, and utterances, observing connectors, structural parallelism, and argument omission. The results indicate that the alternation between syndetic and asyndetic coordination promotes formal economy and intensifies pragmatic inferences in narrative construction.

Keywords: Coordination. Grammatical economy. Implicature. Pragmatics.

¹ Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: raquelnunes93@gmail.com.

² Doutor em Letras/ Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: carlosufes@gmail.com.

Introdução

Este artigo propõe examinar a relação entre economia gramatical e implicaturas pragmáticas a partir da análise de períodos compostos por coordenação no texto *A última crônica*, de Fernando Sabino. Parte-se do entendimento de que efeitos interpretativos não decorrem exclusivamente de conteúdos semânticos explicitados, mas resultam de escolhas estruturais que orientam a inferência do leitor, conforme defendem abordagens funcionalistas da gramática em uso (Hopper, 1987; Abreu, 1997). Nesse sentido, a coordenação é tomada como um recurso estrutural relevante para observar como a organização formal do enunciado contribui para a construção de sentidos implícitos no discurso narrativo.

Embora tradicionalmente descrita como um mecanismo sintático de junção de unidades equivalentes, a coordenação tem sido reinterpretada, em perspectivas funcionalistas recentes, como uma estratégia discursiva sensível às pressões comunicativas de economia e gestão da informação. Estudos como os de Pezatti e Mackenzie (2022) evidenciam que a coordenação opera simultaneamente nos níveis interpessoal e representacional, organizando relações de conteúdo e orientando expectativas interpretativas do destinatário. Essa abordagem permite compreender que a ausência ou a presença de conectores explícitos não é arbitrária, mas reflete decisões comunicativas vinculadas ao contexto de uso.

À luz da Gramática Discursivo-Funcional, Pezatti e Loghin (2021) defendem que a coordenação deve ser compreendida não apenas como um mecanismo de encadeamento sintático, mas como uma operação discursiva que atua nos níveis interpessoal e representacional, articulando unidades de conteúdo de acordo com intenções comunicativas e expectativas interpretativas. Para as autoras, a organização coordenativa reflete decisões do falante quanto à forma de apresentar eventos, estados ou avaliações, evidenciando que a gramática emerge do uso e se ajusta às demandas interacionais. Nessa perspectiva, a coordenação revela-se um espaço privilegiado para observar a interface entre estrutura formal e construção de sentidos, sobretudo quando escolhas de explicitação ou de compactação formal influenciam diretamente o processamento e a interpretação do enunciado.

Do ponto de vista pragmático, a teoria das implicaturas conversacionais oferece um quadro explicativo para compreender como significados adicionais emergem quando relações entre segmentos coordenados não são explicitamente codificadas. Segundo Grice (1982), a economia linguística pode gerar aparentes violações das máximas conversacionais, desencadeando inferências orientadas pelo contexto e pelo conhecimento compartilhado.

Nessa direção, conforme propõem Sperber e Wilson (1995), o processo interpretativo tende a ser guiado pela busca de relevância, na qual o intérprete procura maximizar efeitos contextuais a partir de um esforço cognitivo aceitável. Assim, a coordenação, ao limitar a explicitação formal de relações semânticas, parece criar um espaço privilegiado para a ativação de implicaturas, tanto convencionais quanto conversacionais, especialmente quando associada à justaposição e à omissão de elementos previsíveis, uma vez que tais estratégias deslocam para o leitor a tarefa de construir interpretações relevantes no contexto discursivo.

Diante desse quadro teórico, este estudo busca compreender de que maneira as estruturas coordenadas presentes em *A última crônica*, de Fernando Sabino, contribuem para a construção de sentidos implícitos, articulando economia gramatical e inferência pragmática. O objetivo consiste em analisar como a presença ou ausência de conectores, o grau de paralelismo estrutural e a realização ou omissão de elementos argumentais parecem orientar a interpretação do texto, à luz da Gramática Discursivo-Funcional e da pragmática inferencial (Pezatti; Mackenzie, 2022; Pezatti; Loghin, 2021; Paul Grice, 1982).

Além disso, considera-se que tais escolhas estruturais podem ser interpretadas em termos do equilíbrio entre esforço cognitivo e efeitos contextuais, conforme sugerem Sperber e Wilson (1995), uma vez que a economia formal tende a demandar maior participação inferencial do leitor, compensada por ganhos de sentido relevantes. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para a compreensão da coordenação como um fenômeno que integra forma, uso e interpretação no funcionamento discursivo da língua.

Funcionalismo: a coordenação e a economia linguística

Na perspectiva funcionalista, a economia de elementos argumentais é compreendida como um fenômeno sistemático, relacionado às condições de uso da língua e à gestão da informação no discurso. Abreu (1997) argumenta que estruturas gramaticais não são escolhidas apenas por razões formais, mas em função de sua adequação comunicativa, o que implica a possibilidade de omissão de constituintes quando estes são recuperáveis pelo contexto.

No âmbito da coordenação, essa economia manifesta-se de modo particularmente evidente, uma vez que elementos argumentais realizados em um dos membros coordenados tendem a ser omitidos nos segmentos subsequentes. Conforme observam Pezatti e Mackenzie (2022), a coordenação permite que informações já introduzidas no discurso sejam mantidas ativas no modelo mental do interlocutor, dispensando sua repetição formal.

A coordenação, na perspectiva funcionalista adotada por Pezatti e Longhin (2021), não pode ser reduzida a um mero mecanismo sintático de junção de constituintes equivalentes. As autoras definem a construção coordenada como composta por “dois ou mais membros, funcionalmente equivalentes, combinados no mesmo nível estrutural por meio de mecanismos de ligação” (Pezatti; Longhin, 2021, p. 14). Essa definição enfatiza o princípio da equivalência funcional, segundo o qual os membros coordenados devem compartilhar propriedades semânticas, sintáticas e pragmáticas.

Um aspecto central destacado pelas autoras refere-se à visibilidade dos mecanismos de ligação. A coordenação pode ocorrer por justaposição ou por meio de conectores explícitos, configurando, respectivamente, coordenação implícita ou explícita (Pezatti; Longhin, 2021). A ausência de conectivo não implica ausência de relação semântica; ao contrário, exige maior participação inferencial do interlocutor. Nesse sentido, a distinção entre coordenação explícita e justaposição revela-se produtiva para analisar como a economia formal pode intensificar o trabalho interpretativo, especialmente quando relações de adição, disjunção ou adversidade não são lexicalmente marcadas.

No que concerne aos tipos de coordenação, Pezatti e Longhin (2021) descrevem diferentes domínios de aplicação, incluindo coordenação de termos, de predicados, de sentenças independentes e dependentes, além da coordenação de modificadores e

operadores. A coordenação de termos, por exemplo, caracteriza-se pela multiplicação de um único constituinte na estrutura da sentença, permitindo que diferentes entidades se relacionem de modo idêntico com o predicado. Já a coordenação de sentenças envolve a articulação de estados de coisas distintos no mesmo nível estrutural. Essa tipologia evidencia que a coordenação atravessa múltiplas camadas da arquitetura gramatical, afetando tanto a organização informacional quanto a progressão discursiva.

Por fim, Pezatti e Longhin (2021) chamam a atenção para o fato de que as conjunções da língua natural não se restringem ao plano lógico-formal, pois operam simultaneamente em diferentes domínios, incluindo o referencial, o epistêmico e o conversacional. Ao analisarem relações como adição, disjunção e adversidade, observam que tais nexos não expressam apenas valores de verdade, mas também relações pragmáticas que emergem do contexto de uso. Essa concepção amplia a compreensão da coordenação como fenômeno discursivo e sustenta sua relevância para investigações que articulam estrutura gramatical e produção de sentidos implícitos.

Pragmática: implicaturas e relevância

A reflexão sobre a linguagem proposta por Paul Grice insere-se na perspectiva da Pragmática Linguística, segundo a qual a comunicação não se limita à codificação e decodificação de mensagens, mas envolve processos inferenciais orientados por expectativas compartilhadas pelos interlocutores. Nesse sentido, o autor sugere que os participantes de uma interação tendem a agir como se estivessem engajados em uma atividade cooperativa, ainda que tal cooperação não seja explicitamente acordada (Grice, 1982). Assim, a produção e a interpretação de enunciados parecem depender de uma orientação comum e colaborativa que possibilita a construção de sentidos além da literalidade.

Com base nessa premissa, Grice formula o chamado Princípio da Cooperação, entendido como uma diretriz geral que orienta os falantes a contribuírem de modo adequado ao propósito da comunicação. Conforme o autor, espera-se que cada interlocutor faça a sua contribuição “[...] tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional” (Grice, 1982, p. 86). Desse modo,

a comunicação tende a ser interpretada como uma atividade finalística, na qual os enunciados são avaliados em função de sua pertinência ao contexto.

No escopo do Princípio da Cooperação, Grice (1982) propõe a existência de máximas conversacionais organizadas em quatro categorias: quantidade, qualidade, relação e modo, as quais passamos a apresentar.

A máxima da quantidade refere-se ao equilíbrio informacional, orientando o falante a fornecer nem mais nem menos do que o necessário. Ademais, essa máxima parece estar relacionada à economia linguística, visto que a omissão de informações redundantes pode favorecer a eficiência comunicativa, desde que o contexto permita sua recuperação inferencial (Grice, 1982). Assim, a quantidade de informação oferecida torna-se um elemento central na construção do sentido.

Por sua vez, a máxima da qualidade envolve a expectativa de veracidade, sugerindo que os falantes tendem a evitar afirmações para as quais não possuem evidência adequada. Ainda que essa máxima não seja sempre seguida de forma estrita, sua presença como expectativa interpretativa orienta o modo como os enunciados são avaliados pelos interlocutores. Nesse sentido, a credibilidade do falante influencia diretamente a interpretação do enunciado, visto que a suposição de sinceridade constitui base para a inferência (Grice, 1982).

A máxima da relação, sintetizada pela orientação “seja relevante”, evidencia que os enunciados são interpretados em função de sua pertinência ao contexto discursivo (Grice, 1982). A partir destes estudos, Sperber e Wilson (1995) trazem novas contribuições e indicam que a relevância não é apenas uma propriedade do enunciado, mas resulta da interação entre informação nova e conhecimento prévio. Dessa forma, a relevância contribui para direcionar o processamento inferencial, permitindo que o ouvinte selecione interpretações plausíveis.

Por sua vez, a máxima do modo refere-se à forma de expressão, sugerindo que a clareza, a brevidade e a ordenação contribuem para a eficácia comunicativa (Grice, 1982). Ademais, essa máxima parece dialogar com preocupações estilísticas e discursivas, uma vez que escolhas formais podem influenciar o modo como o conteúdo é interpretado. Assim, a organização do enunciado não apenas transmite informação, mas também orienta o processamento cognitivo do interlocutor (Levinson, 2000).

Entretanto, Grice destaca que as máximas não funcionam como regras rígidas, mas como expectativas que podem ser exploradas estrategicamente. A violação aparente de uma máxima, portanto, não implica falha comunicativa, mas pode sinalizar a intenção de produzir significados para além do dito. Nesse contexto, emergem as implicaturas, definidas como conteúdos inferidos a partir da relação entre o que é dito e o que é pressuposto (Grice, 1982). Assim, a quebra deliberada das máximas pode operar como recurso expressivo.

Por fim, Grice (1982) distingue entre implicaturas convencionais e conversacionais. As primeiras estão associadas a itens linguísticos específicos, cuja interpretação não depende diretamente do contexto, enquanto as segundas emergem da interação entre enunciado e situação comunicativa. Além disso, autores como Levinson (2000) sugerem que essas categorias não são estanques, mas interagem em diferentes níveis de interpretação. Dessa maneira, a teoria griceana oferece um aparato analítico relevante para compreender como sentidos implícitos são construídos e negociados no uso da língua.

As implicaturas convencionais, conforme propostas por Paul Grice (1982), dizem respeito a conteúdos inferidos que estão ligados diretamente a itens linguísticos específicos e não dependem, de forma decisiva, do contexto de uso para sua interpretação. Diferentemente das implicaturas conversacionais, que emergem da interação entre enunciado, contexto e princípios cooperativos, as implicaturas convencionais parecem estar associadas ao significado convencional de certas expressões, como conjunções e advérbios. Assim, elementos como “mas”, “portanto” ou “ainda” não apenas conectam segmentos, mas também introduzem relações semânticas relativamente estáveis, como contraste, conclusão ou continuidade (Grice, 1982). Nesse sentido, ao utilizar “mas”, por exemplo, o falante tende a sinalizar uma oposição entre proposições, independentemente de inferências contextuais mais complexas, o que evidencia o caráter mais sistemático dessas implicaturas.

A concepção de implicatura conversacional, por sua vez, é ampliada por estudos pragmáticos posteriores, como os de Stephen Levinson, que enfatizam o caráter inferencial da linguagem e a necessidade de considerar fatores contextuais na interpretação – implicaturas particularizadas –, bem como padrões interpretativos sem contexto específico – implicaturas generalizadas (Levinson, 2000). Além disso, pesquisas como as de Dan

Sperber e Deirdre Wilson sugerem que os interlocutores buscam maximizar a relevância das informações trocadas, num processo cognitivo natural, o que amplia a proposta griceana de compreender a interpretação dependente de acordos tácitos para expectativas cognitivas compartilhadas (Sperber; Wilson, 1995).

Os estudos de Levinson sugerem que as implicaturas convencionais ocupam uma posição intermediária entre Semântica e Pragmática, visto que são acionadas por formas linguísticas, mas produzem efeitos interpretativos que extrapolam a proposição principal (Levinson, 2000). Ademais, essas implicaturas não são facilmente canceláveis, diferentemente das conversacionais, o que reforça sua estabilidade interpretativa.

Portanto, ao analisar estruturas como a coordenação, torna-se possível observar como determinados conectores contribuem para orientar a interpretação do enunciado, funcionando como pistas linguísticas que reduzem a ambiguidade e direcionam o processamento do sentido. Dessa forma, as implicaturas convencionais configuram-se como um recurso relevante para compreender a interface entre estrutura gramatical e construção de significados implícitos.

Além do modelo griceano, a Teoria da Relevância, desenvolvida por Dan Sperber e Deirdre Wilson, propõe uma reformulação do funcionamento da comunicação inferencial. Diferentemente da proposta de múltiplas máximas, os autores sugerem que a interpretação dos enunciados é guiada por um único princípio geral, de natureza cognitiva. Nesse sentido, a comunicação não dependeria de um conjunto de regras conversacionais, mas de um mecanismo mental orientado para a otimização da relevância (Sperber; Wilson, 1995).

Segundo essa perspectiva, a relevância pode ser definida em termos de custo-benefício cognitivo. Um enunciado tende a ser considerado relevante quando produz efeitos cognitivos significativos com o menor esforço de processamento possível. Conforme afirmam Sperber e Wilson (1995, p. 125), “a relevância de uma informação depende de seus efeitos contextuais e do esforço necessário para processá-la”. Dessa forma, a interpretação linguística envolve um equilíbrio entre a quantidade de inferências geradas e o esforço exigido para sua construção.

Ademais, os autores propõem o Princípio Cognitivo da Relevância, segundo o qual a cognição humana está orientada para a maximização da relevância. Isso implica que os indivíduos tendem a selecionar, de maneira automática, estímulos que oferecem maiores

ganhos informacionais. Além disso, no plano comunicativo, formula-se o Princípio Comunicativo da Relevância, segundo o qual todo enunciado carrega a presunção de sua própria relevância ótima, ou seja, de que é suficientemente relevante para justificar o esforço interpretativo do interlocutor (Sperber; Wilson, 1995).

Nesse quadro, a inferência não é vista como um processo opcional ou estratégico, mas como parte constitutiva da compreensão. O ouvinte, ao interpretar um enunciado, busca uma leitura que satisfaça suas expectativas de relevância, interrompendo o processamento assim que encontra uma interpretação suficientemente adequada. Assim, diferentemente da abordagem griceana, que pressupõe a identificação de possíveis violações de máximas, a Teoria da Relevância sugere que a interpretação ocorre por meio de um processo contínuo de ajuste inferencial.

Além disso, essa abordagem permite compreender de maneira mais integrada fenômenos de economia linguística. Visto que o processamento inferencial é orientado pela busca de relevância, a omissão de elementos linguísticos pode ser considerada eficaz quando não compromete a recuperação do sentido. Nesse caso, estruturas mais compactas tendem a ser preferidas, desde que proporcionem efeitos cognitivos suficientes. Assim, a economia formal não seria apenas uma estratégia estilística, mas uma consequência do funcionamento cognitivo da comunicação (Sperber; Wilson, 1995).

Nesse sentido, a coordenação linguística pode ser interpretada como um ambiente particularmente propício à atuação desse princípio. A omissão de conectores ou de elementos argumentais, por exemplo, pode aumentar o esforço interpretativo inicial, mas também pode gerar efeitos cognitivos mais ricos, ao exigir maior participação inferencial do leitor. Portanto, a escolha entre explicitação e economia estrutural pode ser compreendida como um ajuste entre esforço e efeito, conforme previsto pela Teoria da Relevância.

Além do que, a proposta de Sperber e Wilson permite articular de maneira mais direta os níveis cognitivo e discursivo da interpretação. Enquanto o modelo griceano enfatiza a dimensão cooperativa e normativa da interação, a Teoria da Relevância desloca o foco para processos mentais que operam de forma automática e não necessariamente consciente. Dessa forma, a produção de implicaturas pode ser compreendida não apenas como resultado de estratégias comunicativas, mas como efeito de mecanismos cognitivos gerais que orientam a interpretação da linguagem.

A relação implicatura, relevância, coordenação e economia linguística

A literatura funcionalista tem destacado que a presença ou ausência de conectores coordenativos não constitui apenas uma diferença formal, mas interfere diretamente na organização discursiva e na orientação interpretativa do enunciado. Conforme Pezatti e Longhin (2021), a coordenação resulta de operações que atuam nos níveis interpessoal e representacional, articulando unidades funcionalmente equivalentes e organizando relações de conteúdo segundo intenções comunicativas específicas. Nessa perspectiva, conectores como e, ou e mas não apenas estabelecem vínculos estruturais, mas sinalizam relações semânticas relativamente estabilizadas no uso, contribuindo para a gestão da informação e para a delimitação das expectativas do interlocutor. A explicitação dessas relações tende a orientar o processamento interpretativo ao oferecer pistas linguísticas que reduzem a indeterminação relacional entre os segmentos coordenados.

Quando tais marcas não são realizadas, a articulação entre os membros coordenados permanece menos explicitada no plano formal, o que amplia a participação de fatores pragmáticos na construção do sentido. Nessa direção, a perspectiva funcionalista, conforme proposta por Pezatti e Longhin (2021), permite compreender a coordenação como uma operação que articula unidades equivalentes em função de objetivos comunicativos, distribuindo a informação de modo sensível ao contexto. Ao mesmo tempo, a teoria de Paul Grice (1982) contribui para explicar como a ausência de conectores pode mobilizar inferências baseadas no Princípio da Cooperação, sobretudo quando o intérprete busca reconstruir relações não explicitadas a partir de expectativas compartilhadas.

Além disso, a interface entre funcionalismo e pragmática torna-se ainda mais evidente quando se considera a contribuição de Dan Sperber e Deirdre Wilson (1995), para os quais a interpretação é orientada pelo princípio da relevância. Nesse sentido, a variação no grau de explicitação estrutural pode ser compreendida como um ajuste entre esforço cognitivo e efeitos interpretativos, visto que estruturas mais econômicas tendem a ser processadas de modo eficiente quando o contexto oferece suporte suficiente. Assim, a coordenação, conforme descrita por Pezatti e Longhin (2021), configura-se como um espaço privilegiado de articulação entre forma e uso, no qual escolhas estruturais refletem

tanto pressões funcionais quanto mecanismos pragmáticos e cognitivos, evidenciando a interdependência entre gramática e inferência na construção dos sentidos.

A perspectiva funcionalista tem reiteradamente enfatizado que a linguagem deve ser compreendida como instrumento de interação social, o que implica considerar não apenas sua organização formal, mas também os usos efetivos que dela fazem os falantes em contextos situados. Nesse quadro, Maria Helena de Moura Neves propõe a chamada “tríade funcional” — sintaxe, semântica e pragmática — como dimensões indissociáveis da descrição linguística (Neves, 2018). Assim, a estrutura gramatical não pode ser analisada de forma autônoma, visto que se articula a valores de significado e a finalidades comunicativas que emergem do uso. Ademais, ao definir a linguagem como prática social orientada para a ação, o funcionalismo parece demandar necessariamente uma abordagem pragmática que dê conta das intenções, dos efeitos e das estratégias mobilizadas pelos sujeitos na interação.

Nesse sentido, a pragmática mostra-se imprescindível ao funcionalismo na medida em que oferece instrumentos teóricos para analisar como os usuários da língua operam escolhas linguísticas de modo deliberado e estratégico, visando a determinados efeitos de sentido. Além disso, conforme argumenta Moura Neves, é no uso concreto que se evidenciam princípios como economia, relevância e organização da informação, os quais não podem ser plenamente compreendidos sem considerar as condições de produção e interpretação dos enunciados (Neves, 2018). Portanto, a articulação entre funcionalismo e pragmática não constitui apenas uma interface possível, mas um fundamento teórico-metodológico necessário para explicar como formas gramaticais se vinculam a funções discursivas e a processos inferenciais em contextos reais de comunicação.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativo-interpretativa, de bases funcionalista e pragmática, com o objetivo de examinar de que modo estruturas coordenadas podem operar como dispositivos de economia gramatical e, simultaneamente, favorecer a ativação de inferências pragmáticas. Parte-se do entendimento de que a coordenação não deve ser analisada apenas como mecanismo sintático de junção linear, mas como construção

formada por membros funcionalmente equivalentes, articulados no mesmo nível estrutural (Pezatti; Longhin, 2021).

Tal perspectiva dialoga com a descrição de Abreu (1997), que já destacava a relevância discursiva da coordenação no português, e com a proposta da Gramática Discursivo-Funcional, segundo a qual tais estruturas resultam de operações nos níveis interpessoal e representacional (Pezatti; Mackenzie, 2022). Assim, considera-se que escolhas coordenativas refletem decisões comunicativas que incidem diretamente sobre a interpretação.

O corpus é analisado a partir de ocorrências de coordenação entre sintagmas, predicados, orações ou enunciados, observando-se a presença ou ausência de conectores explícitos, o grau de paralelismo estrutural e a realização ou omissão de elementos argumentais. Conforme Pezatti e Longhin (2021), a equivalência funcional implica compartilhamento de propriedades semânticas, sintáticas e pragmáticas entre os membros coordenados, o que autoriza processos de repetição estrutural e economia formal. Essas ocorrências são descritas à luz da Gramática Discursivo-Funcional, que concebe a coordenação como operação responsável por organizar relações de conteúdo e orientar expectativas interpretativas (Pezatti; Mackenzie, 2022).

A análise contempla tanto coordenação com conectores quanto casos de justaposição, entendendo, com Abreu (1997), que a presença de conjunções orienta o processamento interpretativo ao sinalizar relações semânticas relativamente convencionais. Já a ausência de marcas explícitas transfere para o contexto a tarefa de determinar a natureza da relação estabelecida, ampliando o papel da inferência. À luz da teoria das implicaturas conversacionais, tal deslocamento pode ser compreendido como ativação de inferências derivadas das máximas conversacionais, especialmente as de quantidade e modo (Grice, 1982), uma vez que a economia formal pode gerar a necessidade de interpretação suplementar.

No que concerne à economia gramatical, adota-se a noção de que estruturas mais compactas são preferidas quando o contexto permite a recuperação de informações não expressas. Camacho e Pezatti (2019) argumentam que processos coordenativos estão associados a mecanismos de paralelismo que favorecem a omissão de material redundante, enquanto Pezatti e Longhin (2021) ressaltam que a função atribuída a um

membro da série coordenada projeta-se sobre os demais. Dessa forma, a coordenação constitui ambiente propício à compressão estrutural sem prejuízo da coerência semântica.

Um aspecto central da metodologia recai sobre a economia de elementos argumentais em construções coordenadas. Observa-se que a omissão de argumentos recuperáveis a partir do segmento precedente constitui estratégia recorrente de compactação formal, sustentada pelo paralelismo e pela equivalência funcional (Pezatti; Longhin, 2021; Camacho; Pezatti, 2019). Sob a perspectiva pragmática, tal omissão pode gerar efeitos inferenciais específicos, na medida em que a recuperação depende do reconhecimento de informações compartilhadas, conforme descrito por Paul Grice (1982) no âmbito das inferências conversacionais.

Além disso, esse processo pode ser compreendido à luz da noção de relevância, segundo a qual o intérprete tende a selecionar interpretações que maximizem efeitos contextuais a partir de um esforço cognitivo proporcional, como sugerem Sperber e Wilson (1995). Dessa forma, a omissão de elementos não implica ausência de sentido, mas parece reorientar o processamento interpretativo, deslocando para o leitor a responsabilidade de construir conexões plausíveis e contextualmente pertinentes.

Por fim, a análise busca demonstrar que a coordenação constitui ponto privilegiado de observação da congruência entre estrutura gramatical e inferência pragmática. Ao articular economia formal, organização informacional e princípios conversacionais (Grice, 1982), em diálogo com a busca por relevância cognitiva (Sperber; Wilson, 1995), este estudo propõe que a coordenação não apenas conecta unidades linguísticas, mas organiza expectativas interpretativas e distribui o trabalho inferencial entre forma e contexto. Assim, pretende-se contribuir para uma compreensão integrada da gramática em uso, conforme delineada por Abreu (1997), Pezatti e Longhin (2021) e Pezatti e Mackenzie (2022), na qual escolhas estruturais e efeitos pragmáticos podem ser concebidos como dimensões interdependentes do funcionamento discursivo da língua.

Análise do *corpus*: o gênero crônica

O Gênero textual crônica circula na esfera literária, mas, em especial, a partir do desenvolvimento do jornalismo no Brasil, em meados do século XIX, efetivou-se também como gênero jornalístico (Madeira, 2005). Segundo Madeira,

Ainda no século XIX, os jornais publicavam um artigo de rodapé, o folhetim, que tratava das questões do dia, abordando os mais diversos assuntos. Literatura, política, artes, sociedade, eram alguns deles. Posteriormente essa denominação passou a ser dada à seção do jornal em que se publicavam todas as formas literárias, e o texto, antes assim chamado, recebeu o nome de crônica e o seu autor, o de cronista (Madeira, 2005, p.17, grifos da autora).

Madeira conceitua o gênero crônica conforme Moisés (1982): “A crônica oscila, pois, entre a reportagem e a Literatura, entre o relato impessoal, frio e descolorido de um acontecimento trivial, e a recriação do cotidiano por meio da fantasia” (Madeira, 2005, p. 20). Aliás, considerando o fato de que literatura e jornalismo, no Brasil, se hibridizavam, havia tanto a necessidade de os escritores literários de ocuparem profissionalmente no jornalismo para seu sustento, bem como a oportunidade de disponibilizarem seus textos ao grande público consumidor de jornais. Grandes nomes do modernismo colecionam gêneros publicados em jornais: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Clarice Lispector, Carlos Drummond de Andrade, entre outros.

Fernando Sabino nasceu em Minas Gerais (1923-2004), trabalhou como jornalista e cronista em diversos periódicos. Como literata, Sabino se insere na terceira fase do modernismo brasileiro. A última crônica é uma metacrônica, publicada originalmente em 1965, no livro *A companheira de viagem*. A crônica pode ser acessada integralmente no Portal da Crônica Brasileira.

Dadas as limitações de espaço neste artigo, para compor a análise funcionalista e pragmática pretendida neste estudo, foram extraídas do texto *A última crônica* orações coordenadas com presença ou não de conectivos, como apresentado no Quadro 1 a seguir, com o objetivo de se perceber, nestas construções, exemplos das possibilidades de inferência e relevância cognitiva implicadas pela estrutura e ou contexto:

Quadro 1 – Orações coordenadas extraídas de A última crônica (Fernando Sabino, 1965)

Nº	Período (transcrição)	Tipo de coordenação
(1)	<i>Sem mais nada para contar, curvo a cabeça e tomo meu café, enquanto o verso do poeta se repete na lembrança.</i>	Coordenação sindética aditiva (“e”)
(2)	<i>Nesta perseguição do acidental, quer num flagrante da esquina, quer nas palavras de uma criança ou num incidente doméstico, torno-me simples espectador e perco a noção do essencial.</i>	Coordenação sindética aditiva
(3)	<i>O pai, depois de contar o dinheiro que discretamente retirou do bolso, aborda o garçom, inclina-se para trás na cadeira e aponta no balcão um pedaço de bolo sob a redoma.</i>	Coordenação assindética + sindética
(4)	<i>Este ouve, concentrado, o pedido do homem e depois se afasta para atendê-lo.</i>	Coordenação sindética aditiva
(5)	<i>O pai se mune de uma caixa de fósforos e espera.</i>	Coordenação sindética aditiva
(6)	<i>E enquanto ela serve a coca-cola, o pai risca o fósforo e acende as velas.</i>	Coordenação sindética aditiva
(7)	<i>Como a um gesto ensaiado, a menina repousa o queixo no mármore e sopra com força, apagando as chamas.</i>	Coordenação sindética aditiva
(8)	<i>Depois a mãe recolhe as velas, torna a guardá-las na bolsa.</i>	Coordenação assindética
(9)	<i>A negrinha agarra finalmente o bolo com as duas mãos sôfregas e põe-se a comê-lo.</i>	Coordenação sindética aditiva
(10)	<i>De súbito, dá comigo a observá-lo, nossos olhos se encontram, ele se perturba, constrangido — vacila, ameaça abaixar a cabeça, mas acaba sustentando o olhar e enfim se abre num sorriso.</i>	Coordenação predominantemente assindética, com adversativa (“mas”) e aditiva (“e”)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos recortes organizados no Quadro 1, observa-se que as ocorrências de coordenação se distribuem predominantemente na articulação de predicados que compartilham um mesmo sujeito, configurando séries de membros funcionalmente equivalentes. Tal configuração pode ser relacionada ao princípio de equivalência estrutural descrito por Pezatti e Longhin (2021), segundo o qual a coordenação associa unidades que

desempenham funções sintáticas e discursivas semelhantes. Desse modo, a repetição de padrões estruturais tende a favorecer a continuidade informacional, contribuindo para a organização linear do discurso.

Nos exemplos (1), (4), (5), (6), (7) e (9), verifica-se a presença de dois predicados que mantêm paralelismo sintático e compartilham o mesmo núcleo argumental. Ademais, essa configuração permite a omissão de elementos reiteráveis, especialmente do sujeito, sem prejuízo da interpretação. Tal fenômeno pode ser compreendido à luz da Gramática Discursivo-Funcional, na qual a economia formal é interpretada como resultado de pressões comunicativas que favorecem a redução de redundâncias, desde que a recuperação inferencial seja possível (Pezatti; Mackenzie, 2022). Assim, a forma compacta parece depender de um equilíbrio entre economia e interpretação.

Além disso, a organização dessas estruturas pode ser descrita em termos dos níveis propostos por essa abordagem. No nível representacional, a coordenação parece ordenar estados de coisas em sequência, estabelecendo relações de continuidade entre eventos. No nível interpessoal, por sua vez, essa organização orienta o processamento do destinatário, na medida em que sinaliza a pertinência dos segmentos e favorece uma leitura cumulativa, conforme discutido por Pezatti e Mackenzie (2022). Nesse sentido, a linearidade estrutural parece funcionar como guia para a construção progressiva do sentido.

Nos casos em que há conectores explícitos, como nos exemplos (1), (4), (5), (6) e (9), a conjunção aditiva atua como marcador linguístico que orienta a interpretação da relação entre os membros coordenados. Segundo Abreu (1997), esses conectores funcionam como pistas estruturais que delimitam expectativas semânticas relativamente estáveis, reduzindo a ambiguidade inicial do enunciado. Dessa forma, a presença do conector contribui para estabilizar a leitura, ainda que não determine completamente o sentido. Além disso, do ponto de vista cognitivo, a explicitação dessas relações tende a reduzir o esforço de processamento, uma vez que fornece ao leitor indicações mais diretas sobre como integrar os segmentos.

Ademais, a conjunção “e” pode ser associada à ativação de implicaturas convencionais, na medida em que seu uso recorrente em contextos narrativos tende a favorecer a inferência de continuidade ou progressão entre eventos. Em conformidade com Grice (1982), tais implicaturas decorrem da associação sistemática entre determinados

itens linguísticos e efeitos interpretativos relativamente previsíveis. Assim, ainda que a conjunção não codifique diretamente uma relação temporal, seu emprego frequente em sequências narrativas contribui para a construção de expectativas interpretativas.

Além disso, a presença de conectores parece contribuir para a manutenção da máxima do modo, especialmente no que se refere à clareza e à ordenação do discurso. Conforme propõe Grice (1982), os participantes da interação tendem a organizar seus enunciados de modo a facilitar a compreensão, evitando ambiguidades desnecessárias. Nessa direção, também se pode considerar que estruturas mais explícitas exigem menor esforço cognitivo inicial, o que favorece interpretações mais imediatas, desde que produzam efeitos contextuais suficientes para justificar seu processamento.

Por outro lado, nos exemplos (3), (8) e (10), observa-se a ocorrência de sequências em que a relação entre os membros coordenados não é marcada por conectores explícitos. Nesses casos, a justaposição intensifica o papel do paralelismo estrutural como mecanismo de coesão. Conforme Pezatti e Longhin (2021), a ausência de conectores não elimina a relação de coordenação, mas desloca para o contexto a responsabilidade pela determinação do vínculo semântico.

Nesse sentido, a ausência de marcação explícita pode ser compreendida como estratégia que aumenta o envolvimento interpretativo do leitor. Conforme propõem Sperber e Wilson (1995), os interlocutores tendem a buscar interpretações que maximizem efeitos contextuais com esforço cognitivo aceitável. Dessa forma, estruturas mais econômicas podem demandar maior processamento inicial, mas, em contrapartida, tendem a produzir efeitos interpretativos mais ricos, especialmente em textos literários.

No exemplo (8), “Depois a mãe recolhe as velas, torna a guardá-las na bolsa”, a ausência de conector não impede a construção de sentido, mas parece ampliar o espaço inferencial. Além disso, a interpretação de que as velas são preservadas por necessidade econômica depende da integração entre enunciado e contexto narrativo. À luz de Grice (1982), tal leitura pode ser associada a implicaturas conversacionais; já sob a perspectiva da relevância, ela decorre da busca por uma interpretação que produza efeitos contextuais significativos a partir de informações mínimas.

No exemplo (3), a sequência “aborda o garçom, inclina-se para trás na cadeira e aponta no balcão um pedaço de bolo” evidencia uma alternância entre justaposição e uso

de conector. Além disso, essa combinação parece produzir um efeito de progressão dinâmica, no qual os eventos são apresentados de forma condensada. Segundo Camacho e Pezatti (2019), tal compactação resulta de mecanismos cognitivos que favorecem a repetição estrutural e a omissão de elementos redundantes.

Ademais, a ausência de conectores em determinados trechos pode ampliar o espaço para a atuação de inferências pragmáticas. À luz de Grice (1982), quando relações não são explicitadas, o intérprete tende a recorrer ao princípio da cooperação a fim de estabelecer conexões plausíveis entre os segmentos. Nessa mesma direção, conforme propõem Sperber e Wilson (1995), o processamento interpretativo parece orientar-se pela busca de relevância, isto é, pela tentativa de obter efeitos contextuais significativos com um esforço cognitivo aceitável. Assim, a economia formal não apenas reduz a extensão do enunciado, mas também redistribui o trabalho interpretativo, na medida em que exige do leitor um maior investimento inferencial, compensado por ganhos de sentido que tornam a interpretação pertinente no contexto.

O exemplo (10) apresenta uma cadeia coordenada mais extensa, na qual múltiplos predicados são articulados com alternância entre justaposição, uso adversativo e retomada aditiva. Além disso, a presença do conector “mas” introduz uma relação de contraste explicitamente codificada, o que pode ser associado à ativação de implicatura convencional de oposição, conforme discutido por Grice (1982). Nesse caso, o conector atua como ponto de inflexão interpretativa dentro da sequência narrativa, reorganizando as expectativas do leitor.

Ao mesmo tempo, a sequência inicial de predicados justapostos em (10) contribui para a construção de um ritmo narrativo acelerado, que parece intensificar o envolvimento interpretativo. Nessa direção, a progressão rápida dos eventos pode ser associada à produção de efeitos contextuais mais densos, uma vez que o leitor precisa integrar múltiplas informações em curto espaço textual. Conforme Sperber e Wilson (1995), esse tipo de configuração tende a ser processado na medida em que os efeitos obtidos compensam o esforço exigido.

Interessante também observar que a opção de Sabino pela coordenação predominantemente assindética, como observado no exemplo (10), transcende a mera escolha estilística, configurando-se como uma estratégia mimética que busca transpor para

a arquitetura do enunciado o dinamismo intrínseco ao cotidiano urbano, ambiente natural da crônica. Ou seja, ao encadear ações – como o encontro de olhares e a perturbação do personagem – sem a mediação de conectores, o autor impõe um ritmo narrativo acelerado que mimetiza a rapidez e a transitoriedade das cenas de rua. Sob a perspectiva da teoria da relevância (Sperber; Wilson, 1995), esse desenho estrutural propicia que o maior esforço cognitivo exigido do leitor para processar a justaposição seja recompensado por um efeito contextual mais denso: a sensação de instantaneidade e fluidez do relato. Assim, a economia gramatical não apenas reduz a extensão do texto, mas atua como o recurso linguístico ideal para alcançar a relevância ótima no gênero, onde a agilidade da forma espelha a própria natureza efêmera da experiência cotidiana descrita por Sabino.

No que se refere à economia de elementos argumentais, observa-se que a repetição do sujeito é sistematicamente evitada nas séries coordenadas, sendo recuperada por meio do paralelismo estrutural e da continuidade temática. Conforme Pezatti e Longhin (2021), a função sintática atribuída ao primeiro membro tende a projetar-se sobre os demais, o que autoriza a omissão de elementos previsíveis. Dessa forma, a economia não compromete a interpretação, mas depende da capacidade inferencial do leitor.

Além disso, tal procedimento pode ser relacionado à máxima da quantidade, na medida em que o enunciador fornece apenas a informação necessária para a compreensão do enunciado. Conforme Grice (1982), evitar redundâncias constitui um princípio relevante para a eficiência comunicativa, desde que o conteúdo omitido possa ser recuperado. Assim, a coordenação configura-se como um ambiente propício à realização de estratégias de economia linguística.

Por fim, o conjunto das ocorrências analisadas sugere que a coordenação desempenha papel central na articulação entre estrutura gramatical e construção de sentido. Além do que, a alternância entre presença e ausência de conectores parece modular diferentes graus de explicitação semântica, influenciando diretamente o tipo de inferência mobilizada. Dessa forma, a coordenação pode ser compreendida como um espaço privilegiado para observar a interação entre organização funcional, princípios cooperativos e relevância cognitiva, permitindo a compreensão de como a economia formal não implica empobrecimento semântico, mas reorganização do trabalho interpretativo no discurso.

E como fechamento do percurso analítico regido pelas teorias da pragmática linguística, organizamos o Quadro 2, a seguir, que evidenciam, nos excertos elencados no Quadro 1, as estruturas mobilizadoras de implicaturas e relevâncias pragmáticas:

Quadro 2. Estrutura semântica e Interpretação pragmática

Nº	Excerto da Crônica	Mecanismo Pragmático	Efeito Interpretativo (Simplificado)
(1)	<i>Sem mais nada para contar, curvo a cabeça e tomo meu café, enquanto o verso do poeta se repete na lembrança.</i>	Implicatura Convencional	O "e" sinaliza uma sucessão natural de fatos, exigindo pouco esforço cognitivo do leitor.
(8)	<i>Depois a mãe recolhe as velas, torna a guardá-las na bolsa.</i>	Implicatura Conversacional	O dito (cotexto) leva o leitor a deduzir via implicatura conversacional (contexto) o motivo da ação de guardar as velas (a realidade econômica da família).
(10)	<i>De súbito, dá comigo a observá-lo, nossos olhos se encontram, ele se perturba, constrangido — vacila, ameaça abaixar a cabeça, mas acaba sustentando o olhar e enfim se abre num sorriso.</i>	Oposição e Relevância	A coordenação assindética cria efeito de acelerar a cena, enquanto o "mas" quebra a expectativa de forma clara. E a justaposição exige do leitor um maior investimento inferencial inicial para estabelecer o vínculo entre os eventos.
(3)	<i>O pai, depois de contar o dinheiro que discretamente retirou do bolso, aborda o garçom, inclina-se para trás na cadeira e aponta no balcão um pedaço de bolo sob a redoma.</i>	Máximas do Modo / da Quantidade	O emprego de encaixe, vírgulas e "e" final cria um efeito de ações rápidas e seguidas. Progressão dinâmica e economia linguística gerando leitura cumulativa e eficiente.
(5)	<i>O pai se mune de uma caixa de fósforos e espera.</i>	Máxima do Modo	A estrutura simples e direta da coordenação garante que a mensagem seja entendida sem ambiguidades.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como visto, a sistematização das ocorrências analisadas em A última crônica evidencia processos conjuntos de coordenação e processamento inferencial, no qual a flutuação entre a explicitação por conectores e a economia da justaposição gerencia o

equilíbrio entre o esforço cognitivo e os efeitos contextuais. Enquanto a coordenação sindética oferece pistas linguísticas que estabilizam a interpretação e reduzem o custo inicial de processamento, a coordenação assindética convida o leitor a uma participação ativa na construção de implicaturas conversacionais, transformando o vácuo formal em densidade de sentido e envolvimento narrativo. Assim, os processos pragmáticos analisados confirmam que a arquitetura gramatical de Sabino não apenas organiza a superfície do texto, mas orienta deliberadamente a cooperação e a busca pela relevância ótima entre autor e leitor.

Considerações finais

As análises desenvolvidas ao longo do estudo sugerem que a coordenação atua como um recurso central na organização do fluxo narrativo em *A última crônica*, articulando ações, focalizações e avaliações sem recorrer, de forma predominante, à explicitação hierárquica das relações semânticas. Observa-se que a alternância entre segmentos com e sem conectores explícitos parece produzir efeitos distintos na orientação interpretativa: em certos momentos, contribui para maior estabilização da leitura; em outros, amplia o espaço para inferências. Essa oscilação tende a construir uma linearidade fluida, ao mesmo tempo em que introduz zonas de maior densidade interpretativa, sobretudo em trechos de intensificação emocional, nos quais o leitor é mais fortemente mobilizado.

Além disso, os resultados indicam que a economia gramatical presente nas cadeias coordenadas não implica perda de clareza, mas uma redistribuição do trabalho interpretativo. A omissão de elementos argumentais recuperáveis e de marcas relacionais explícitas parece funcionar como estratégia de compactação formal, na qual a continuidade temática e o contexto assumem papel mais decisivo. Nessa direção, estruturas com conectores tendem a favorecer interpretações mais orientadas e previsíveis, enquanto a justaposição amplia a abertura interpretativa, exigindo maior engajamento inferencial. Ao mesmo tempo, o paralelismo estrutural nas sequências verbais parece contribuir para a coesão e para a percepção de progressão temporal, funcionando como mecanismo de sustentação da inteligibilidade.

Sob uma perspectiva pragmática mais ampla, tais resultados também podem ser

compreendidos em termos do equilíbrio entre esforço cognitivo e efeitos contextuais. Estruturas mais explícitas tendem a reduzir o custo inicial de processamento, ao passo que estruturas mais econômicas parecem demandar maior esforço interpretativo, compensado por ganhos de sentido mais densos. Assim, a coordenação não apenas organiza a superfície textual, mas participa da gestão do processamento inferencial, modulando o modo como o leitor constrói relações entre os eventos narrados.

Como desdobramento, investigações futuras podem ampliar o corpus a fim de verificar se os padrões observados se mantêm em outras crônicas de Fernando Sabino, o que permitiria discutir possíveis traços de estilo autoral. Além disso, estudos comparativos com outros gêneros discursivos podem contribuir para compreender em que medida diferentes configurações estruturais influenciam a distribuição entre explicitação formal e inferência pragmática. Por fim, parece pertinente explorar de modo mais sistemático a relação entre coordenação e implicaturas conversacionais, especialmente em contextos em que a interpretação depende de elementos que extrapolam a materialidade linguística imediata.

Por fim, pesquisas em outros gêneros poderão contribuir para avaliar a produtividade desses padrões em contextos comunicativos diversos, aprofundando a compreensão da relação entre arquitetura gramatical e experiência interpretativa.

Referências

ABREU, Antônio Suárez. Coordenação e subordinação — uma proposta de descrição gramatical. **Alfa**, São Paulo, v. 41, p. 13–37, 1997.

CAMACHO, Roberto Gomes; PEZATTI, Erolde Goreti. Repetição e Coordenação. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 14, n. 3, 2019.

GRICE, H. P. Lógica da Conversação. In: DASCAL, M. (org.). **Fundamentos metodológicos da lingüística: Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da lingüística**. Campinas: Unicamp, 1982. p. 81-103.

HOPPER, Paul J. **Emergent grammar**. Berkeley Linguistics Society, Berkeley, v. 13, p. 139–157, 1987.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MADEIRA, Ana Maria Gini. **Da produção à recepção: uma análise discursiva das crônicas de Luís Fernando Veríssimo**. 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: UNESP, 2018.

PEZATTI, Erolilde Goreti; LONGHIN, Sanderléia Roberta. As construções coordenadas. In: NEVES, M. H. M. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil: a construção das orações complexas** (Vol. V). São Paulo: Contexto, 2021, p. 13-68.

PEZATTI, Erolilde Goreti; MACKENZIE, J. Lachlan. **A Coordenação na Gramática Discursivo-Funcional**. *Linguistik Online*, 113(1), pp. 59–89, 2022.

SABINO, Fernando. A última crônica. In: SABINO, Fernando. **A mulher do vizinho**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **Relevance: Communication and Cognition**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995.

Sobre os autores

Raquel Nunes Santos

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5757-7245>

Graduada em Letras - Português/Inglês pelo Centro Universitário Castelo Branco, Colatina - ES; Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGEL) na UFES, Vitória - ES. Pesquisadora com foco em estudos do texto e pragmática.

Carlos Roberto de Souza Rodrigues

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-2488-4392>

Doutor em Letras/Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro - RJ - Brasil; Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória - ES - Brasil. Pesquisador com foco em várias áreas dos Estudos Linguísticos, partindo da linha langackeriana da Linguística Cognitiva.